

DERMEVAL SAVIANI E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Simpósio de Marília

Antônio Joaquim Severino
Bernardete A. Gatti
Betty A. de Oliveira
Carlos Roberto J. Cury
Celestino Alves da Silva Júnior (org.)
Dermeval Saviani
Gaudêncio Frigotto
José Carlos Libâneo
José Luiz Sigrist
José Misael Ferreira do Vale
Leda Scheibe
Lilian Anna Wachowicz
Luiz Antônio Cunha
Maria Luisa Santos Ribeiro
Newton Duarte
Nilda Alves
Sofia Lerche Vieira
Solange Puntel Mostafa
Walter E. Garcia

 **CORTEZ
EDITORA**

**DERMEVAL
SAVIANI E A
EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

O Simpósio de Marília

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dermeval Saviani e a educação brasileira : o simpósio de Marília. – São Paulo : Cortez, 1994.

Vários autores

ISBN 85-249-0548-4

1. Educação – Brasil 2. Saviani, Dermeval, 1944 – 3. Simpósio Dermeval Saviani e a Educação Brasileira (1994 : Marília, SP) I. Saviani, Dermeval, 1944 –.

94-3854

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação 370.981

Antônio Joaquim Severino • Bernardete A. Gatti •
Betty A. de Oliveira • Carlos Roberto J. Cury •
Celestino Alves da Silva Júnior (org.) • Dermeval
Saviani • Gaudêncio Frigotto • José Carlos Libâneo •
José Luiz Sigrist • José Misael Ferreira do Vale •
Leda Scheibe • Lilian Anna Wachowicz • Luiz Antônio
Cunha • Maria Luisa Santos Ribeiro • Newton Duarte •
Nilda Alves • Sofia Lerche Vieira • Solange Puntel
Mostafa • Walter E. Garcia

DERMEVAL SAVIANI E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Simpósio de Marília

DERMEVAL SAVIANI E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. O Simpósio de Marília
Celestino Alves da Silva Júnior (org.)

Capa: Carlos Clémen sobre foto de Joan Uldall

Revisão: Ana Paula Tadeu Massaro, Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Dany Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 1994 by Autores

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo - SP

Impresso no Brasil — novembro de 1994

Sumário

Apresentação	
<i>Celestino Alves da Silva Júnior</i>	7

DEPOIMENTOS

Dermeval Saviani: um saber solidário e militante	
<i>Antônio Joaquim Severino</i>	13
Um pequeno depoimento	
<i>Carlos Roberto J. Cury</i>	18
Minha convivência com Dermeval Saviani	
<i>José Carlos Libâneo</i>	22
Depoimento relativo à minha experiência pessoal com Dermeval Saviani	
<i>Maria Luisa Santos Ribeiro</i>	32
Detalhes	
<i>Solange Puntel Mostafa</i>	37

PENSAMENTO E AÇÃO DE DERMEVAL SAVIANI NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A atuação de Dermeval Saviani na Educação Brasileira: um depoimento	
<i>Luiz Antônio Cunha</i>	41
A defesa da escola pública e a Universidade	
<i>Sofia Lerche Vieira</i>	63

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

O doutorado em educação da PUC/SP e o mestrado em educação da UFSCar

Bernardete A. Gatti 77

UNIMEP e UNICAMP: marcos de uma trajetória

José Luiz Sigrist 86

A atuação de Dermeval Saviani no CNPq como consultor da área de educação — 1981-1984

Walter E. Garcia 95

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fundamentação marxista do pensamento de Dermeval Saviani

Betty A. de Oliveira 105

Elementos para uma ontologia da educação na obra de Dermeval Saviani

Newton Duarte 129

PROJETO PEDAGÓGICO

A questão do saber e da escola na concepção de Dermeval Saviani

Lilian Anna Wachowicz 153

A compreensão histórico-crítica da educação

Leda Scheibe 167

Fundamentos de um projeto político-pedagógico

Gaudêncio Frigotto 180

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Socialismo, democracia e currículo

Nilda Alves 195

DIÁLOGO ABERTO COM DERMEVAL SAVIANI

José Misael Ferreira do Vale 217

DESAFIOS ATUAIS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Dermeval Saviani 243

A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E A UNIVERSIDADE

Sofia Lerche Vieira*

A inspiração de nossa conversa encontra-se nos escritos denominados *Ensino público e algumas falas sobre universidade*, cuja primeira edição é de 1984. Nas palavras de Saviani, este livro contém “*despretensiosas falas pronunciadas nos limites de debates cronometrados*”. (1984, p. 9) Respeitando a modéstia do autor, podemos dizer que estas podem até ter sido falas despretensiosas nas intenções. Seguramente não o foram, porém, nos efeitos. Trata-se de um conjunto de oito textos produzidos entre abril de 1980 e maio de 1983, que constitui rico registro da contribuição de Saviani ao debate sobre a escola pública e a universidade. Sob esse foco mais amplo, são apresentados temas que permeiam a obra do autor. As “falas” tanto tratam de assuntos de natureza filosófica, a exemplo da especificidade da educação, da relação trabalho produtivo versus improdutivo, produção material versus não-material, como discutem temas da ordem do dia na política educacional — a articulação entre o público e o privado, a pós-graduação, a estrutura departamental, a administração paritária etc.

Sendo estes escritos do início da década de 80, é importante lembrar que neles se expressa um debate datado historicamente.

* Docente da Universidade Federal do Ceará.

Em outros termos, ao analisá-los, é necessário ter uma visão de temporalidade onde a relação passado-presente seja respeitada (ainda que aqui tratemos de um passado recente). Ao mesmo tempo em que é necessário esse gesto de compreensão histórica, voltar a esses textos não deixa de ser um exercício interessante, na medida em que temos a oportunidade de lidar com questões recorrentes em relação ao ensino público e à universidade. O que permanece desses escritos? O que foi superado e/ou incorporado por outras contribuições e pela própria experiência vivida entre aquele e este momento?

Do ponto de vista metodológico, mais do que proceder a um inventário de todas essas “falas”, parece-nos importante dimensionar algumas das idéias-chaves que lhes presidem. Neste esforço, a intenção será fazer o texto falar, nele buscando sua coerência interna. Por esta razão, a análise deverá incidir sobre dois temas centrais nesse livro: a concepção de escola pública e a concepção de universidade.

Concepção de Escola Pública

A “defesa do ensino público, buscando articulá-lo com os interesses das camadas populares” constitui parte importante do “esforço teórico e prático” de Saviani. (Idem, p. 8) No texto “A defesa da escola pública”, apresentado em painel denominado *Repondo a questão do ensino público no Brasil*, na histórica I Conferência Brasileira de Educação, realizada em abril de 1980, em São Paulo, o autor discute a questão da escola pública no contexto daquele momento histórico-político. Ao fazê-lo apresenta algumas proposições que deram margem a controvérsias, dentre as quais se destacam: a defesa da retirada da educação pública da tutela do Estado e o entendimento de se constituir um equívoco concentrar a prioridade da defesa da escola pública no ensino superior. Pelo caráter polêmico destas questões, parece oportuno concentrar nossa apreciação sobre elas.

A leitura e releitura de passagens deste texto permite constatar que não seria desprovido de sentido inferir que a turbulência gerada por esta fala carece de uma análise mais profunda. Contrariando uma possível interpretação de que o autor caminharia na defesa da tese do “*público não-estatal*”, um exame mais rigoroso poderia sugerir também outras direções, senão vejamos.

Inspirado em passagens de Marx na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), Saviani defende a “rejeição da tutela do Estado em matéria de educação”. (Idem, p. 19) Estado aqui parece ser entendido no sentido de aparelho governamental, ou seja, sociedade política. Citando o trecho onde Marx diz que “isso de educação popular a cargo do Estado é completamente inadmissível (...). Longe disto, o que deve ser feito é subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da Igreja”... (Marx, apud Saviani, p. 19), Saviani explica que “retirar a educação da tutela do Estado” implicaria um exercício de controle da sociedade civil sobre “a educação em geral e, principalmente, daquela educação ministrada pelo Estado” e, mais, que as “organizações das camadas populares” desenvolvam “projetos educativos inteiramente autônomos em face do Estado”. (Idem, p. 20) Hoje, talvez, a questão não se colocasse nos mesmos termos.

Tendo esta posição dado margem a interpretações controvertidas, vale lembrar a advertência de Saviani de que retirar a educação da tutela do Estado não significa uma desobrigação deste com relação aos compromissos educacionais. Ao contrário. É preciso exigir “que o Estado assuma plenamente os encargos que garantam as melhores condições possíveis de funcionamento da rede de escolas públicas”. Nesse quadro, às organizações populares cabe o papel de exercer “severo controle sobre a educação em geral e, principalmente, sobre a educação ministrada nas escolas mantidas pelo Estado”. (Idem, p. 23)

As palavras-chave nessa passagem parecem ser *tutela* e *controle*. Retirar a escola da tutela do Estado não significa que este abdique de suas funções. Não se trata também de

sobrepôr uma tutela a outra, ou seja, retirar a escola da tutela do Estado para entregá-la à tutela da sociedade civil. Não. Na idéia de *controle* está implícita a necessidade de que a sociedade exerça um acompanhamento da escola, de maneira que esta possa efetivamente servir aos interesses populares.

Nesses termos, Saviani não estaria a defender uma escola pública não-estatal, na medida em que diferencia a escola pública da escola privada. Numa outra "fala" desse mesmo livro, onde o autor discute a extensão universitária¹, há referências a duas escolas: as escolas públicas, isto é, aquelas "financiadas pelo orçamento do Estado, cuja renda vem dos impostos. Impostos estes que são pagos pela sociedade em seu conjunto" e as escolas particulares, as quais "são custeadas com as anuidades dos próprios alunos". (Op. cit, p. 50) Percebe-se, assim, que a diferença na origem da propriedade (privada ou pública) não se dilui na fala do autor, como uma leitura apressada permitiria sugerir.

Para dirimir semelhante dúvida, talvez fosse interessante retornar ao próprio Marx. E aqui parece haver uma passagem mais elucidativa do que aquela citada por Saviani em sua fala sobre a defesa da escola pública. Em um dos textos mais citados pelos educadores brasileiros, aquele que afirma a necessidade de "partir da situação atual"² há uma passagem pouco conhecida, onde vamos encontrar a posição marxiana a respeito da escola pública. A longa citação justifica-se pela riqueza de seu conteúdo:

1. Trata-se do texto "Extensão Universitária: uma abordagem não extensionista", pp. 46-65.

2. O texto em questão é a "Exposição nas seções dos dias 10 e 17 de agosto de 1869 no Conselho Geral da AIT". Para maiores esclarecimentos, ver *Marx & Engels — textos sobre educação e ensino*, organizado pela Editora Moraes, São Paulo, 1983, pp. 96-7, ou ainda a coletânea de Dangeville, Roger (org.), *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa, Moraes, 1978, pp. 224-5. O texto da *Crítica ao Programa de Gotha*, antes referido, deve ser buscado respectivamente nas páginas 91-2 e 88-9 dessas edições.

Por ensino estatal entende-se aquele que está sob o controle do Estado. No entanto, a intervenção do Estado não é absolutamente indispensável. Em Massachusetts, cada municipalidade está obrigada a assegurar o ensino elementar para todas as crianças. Nos centros urbanos com mais de 5.000 habitantes, deve haver escolas médias para a formação politécnica; em todos os núcleos urbanos maiores, escolas superiores. O Estado contribui para seu financiamento, porém de maneira muito modesta. Em Massachusetts, a oitava parte dos impostos locais são destinados ao ensino; em Nova York, a quinta. Os comitês de escola que dirigem os centros são organismos locais; nomeiam os professores e selecionam os livros escolares. A debilidade do sistema americano reside em seu marcante caráter local; o ensino encontra-se estritamente ligado ao desenvolvimento cultural de cada região. Daí a necessidade de reivindicar um controle central (...) *O ensino pode ser estatal sem que esteja sob o controle do governo.* O governo pode nomear inspetores, cujo dever consistirá em vigiar para que a lei seja respeitada, sem que tenham o direito de intrometer-se diretamente no ensino... (Marx, in Marx & Engels, 1983, p. 97. Grifos meus.)

Esta passagem apresenta elementos para uma discussão no mínimo instigante. Se é verdade que Marx reconhece o ensino estatal como aquele sob o controle do Estado, tal como percebemos na frase inicial supracitada, é possível também formular a hipótese de que talvez ele não compreenda o municipal como instância do estatal...³ E, neste caso, é forçoso reconhecer que estamos tratando de concepções de escola pública historicamente distintas. A concepção de público em Marx não é e nem poderia ser a mesma de nossos dias! No Brasil dos anos 90 a educação pública é aquela representada pelas esferas federal, estadual e municipal. Não por acaso, a Constituição de 1988 estabeleceu que o Poder Público, ou seja, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”.

3. A idéia de que Marx não consideraria a estrutura local elemento do Estado foi suscitada pela referência aos *counties* (condados — no caso, Massachusetts e New York) como não-estatais. Talvez esta afirmação estivesse contaminada pela versão francesa do Estado, onde este se refere apenas ao poder central.

(Art. 211) Do mesmo modo, definiu a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. (Art. 206, Inc. IV)

No mundo inteiro, a escola pública é aquela mantida com recursos públicos. Muito embora sejam buscadas novas alternativas de gestão e financiamento, não há ainda um outro modelo capaz de responder às exigências da cidadania para todos. Assim, em que pese o imperativo de uma severa vigilância dos diferentes atores sociais sobre a organização escolar — pais, comunidade e outras organizações — a educação pública persiste sendo aquela oferecida nos estabelecimentos oficiais. Que outra modalidade de educação pública poderia estar nas cogitações de intelectuais que já estiveram próximos das teses publicistas, quando afirmam que:

A escola pública de qualidade para todos (...) não será estatal porque será realmente pública e portanto não-monopolizada (...) por este Estado que temos hoje no Brasil nem por um outro Estado (...) a escola de qualidade será viva e real no dia em que for efetivamente apropriada pela sociedade como um todo e deixar de ser presa fácil dos políticos de plantão e suas insaciáveis clientelas, dos partidos e suas ideologias intransigentes e redentoras, das corporações e seus interesses estreitos e imediatistas, dos intelectuais e educadores e seus modismos doutrinários e ideológicos. (Mello, 1993, p. 21. Grifos meus.)

Se é verdade que a segunda parte da afirmação é verdadeira, a concordância com a primeira parte é problemática. Mesmo porque atravessamos uma conjuntura da retirada do Estado da vida social. A concepção de “Estado mínimo” não serve a uma sociedade que ainda não conquistou patamares mínimos de cidadania para todos. Ao contrário do que afirmam teses como esta, precisamos é de uma presença efetiva do Estado em setores como a educação, a saúde e o atendimento a outras necessidades básicas da população. Impressiona como afirmações dessa natureza possam retornar em plena década de 90. Daí porque é necessário situar devidamente a questão, sem permitir margem a interpretações ambíguas. Por ardilosa que seja a matéria, sucumbir às armadilhas do neoliberalismo em matéria de educação não vai dar conta de resolver os problemas da escola pública em nossos dias.

A passagem de Marx anteriormente aludida nos daria margem a elaborar uma outra suposição interessante: a de que, pelo menos neste texto, Marx diferencia o *estatal* do *governamental*. Estaria aqui anunciado, ainda que de forma embrionária, algo que posteriormente seria trabalhado na teoria gramsciana do Estado — a diferenciação entre sociedade política e sociedade civil? Esta seria uma pista a investigar, sobre a qual não podemos nos deter nos limites de uma breve incursão como a que ora fazemos.

Finalmente, uma palavra sobre a segunda polêmica gerada por esta fala: a gratuidade do ensino superior. Sobre este assunto, é preciso observar que Saviani não se posiciona nos mesmos termos propostos por Marx no texto objeto de nossa apreciação anterior. Enquanto Marx afirma com todas as letras que “o ensino superior não deve ser gratuito” (Marx & Engels, 1983, p. 97), Saviani observa que “colocar a tônica da questão da escola pública no ensino superior, do mesmo modo que na década de 50 a tônica foi posta no ensino médio” (Saviani, 1984, p. 15) constitui um equívoco. Não há, contudo, em seu texto uma defesa explícita da não-gratuidade do ensino superior. A crítica é contra a apropriação privada que as elites fazem do ensino superior público⁴ e quanto ao alheamento da universidade em relação às necessidades das camadas populares.

Poderíamos nos alongar na análise de outros aspectos suscitados por essa “fala” sobre o ensino público, mas a discussão realizada fornece elementos suficientes para uma releitura da concepção do ensino público no pensamento de Dermeval Saviani. Para se ter uma dimensão mais segura de tais argumentos, entretanto, seria necessário buscar explicações em outros escritos do autor, o que escapa à presente solicitação. Do mesmo modo, como estamos a tratar de uma obra em processo de elaboração é possível que novos textos de Saviani,

4. Para maiores esclarecimentos a respeito da passagem aqui referida, veja: Saviani, op. cit., pp. 14-5.

ainda por surgir, venham a realimentar esta rica polêmica. Se, contudo, esta leitura não procede, é importante registrar nossa divergência sobre a tese do “público não-estatal”. Esta, porém, seria uma outra conversa a aprofundar.

Feitas essas considerações sobre a escola pública, o próximo tópico abordará o segundo item da agenda de *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. Passemos, pois, à discussão sobre o assunto.

Concepção de Universidade

Como dissemos no início desta comunicação, não pretendemos fazer uma exegese das “falas” de Saviani sobre a universidade, mas antes buscar a síntese do pensamento nelas expresso.⁵

De uma maneira geral, pode-se dizer que o princípio subjacente às diferentes “falas” sobre a universidade é a sua articulação com a elevação cultural das camadas populares. A preocupação com a necessidade de reverter à sociedade o saber que dela se origina é a tônica constante desses escritos, em torno do qual orbitam os diversos temas neles tratados.

Examinando as funções da universidade — ensino, pesquisa e extensão — Saviani toma como ponto de partida as atribuições definidas pela reforma universitária de 1968. Contudo, longe de tomá-las em sentido estrito, apresenta um contribuição filosófica à compreensão do sentido do ensino, da pesquisa e da extensão na vida universitária.

5. As sete falas sobre a universidade são, pela ordem: “A universidade e o ensino” (02/02/1980), pp. 26-45; “Extensão universitária: uma abordagem não extensionista” (15/06/1980), pp. 46-65; “A política de pós-graduação no contexto da política educacional” (02/02/1980), pp. 66-74; “Trabalhadores em educação e crise da universidade” (01/10/1981), pp. 76-86; “A estrutura do ensino na universidade brasileira” (04/11/1981), pp. 87-94; “A política educacional e o projeto pedagógico da PUC-SP” (11/05/1982), pp. 95-102, e “A questão da paridade na gestão da universidade” (11/04/1983), pp. 103-8.

Considerando que a escola nova dissolveu a diferença entre o ensino e a pesquisa, o autor debruça-se sobre o sentido de tais atividades, retomando idéias trabalhadas em *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. Observa que: “se a pesquisa é incursão no desconhecido” e que este, por sua vez, “só se define por confronto com o conhecido” (o ensino)⁶, “é importante manter a diferença entre pesquisa e ensino e, em conseqüência, entre discurso científico e discurso didático”. (Saviani, 1984, pp. 31-2) Defende, assim, “o ensino enquanto transmissão, enquanto difusão do conhecimento” como tarefa central da universidade, apoiado na tese gramsciana de que a difusão crítica de verdades já descobertas tem papel primordial na criação de uma nova cultura. (Idem, p. 34)

Saviani defende o princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, fazendo a ressalva da importância de se evitar uma precedência mecânica da pesquisa sobre o ensino. Se é verdade que as duas atividades se realimentam mutuamente, o conteúdo da pesquisa não pode simplesmente ser repassado para o aluno, ignorando-se a especificidade do conteúdo do ensino. Em outros termos, por ricas e interessantes que sejam as descobertas que o professor está a fazer em seu trabalho de investigação, elegê-las como objeto do ensino corre o risco de desviá-lo dos conteúdos que devem ser transmitidos aos alunos. Esta seria uma deturpação da função de pesquisa. No extremo oposto estaria uma deturpação igualmente danosa: a postura da exclusividade do ensino, cujos resultados, em última instância, resultam no ensino à base de cuspe e giz — repetição

6. Em outra fala, a questão é colocada em termos semelhantes. “se o ensino repousa sobre o já conhecido, a pesquisa se dirige ao ainda não conhecido; daí a tendência a se considerar que o ensino decorre da pesquisa: só pode haver ensino a respeito daquelas coisas que se conhecem. Eu só posso ensinar aquilo que conheço, aquilo que eu aprendi. Mas eu só posso aprender, se houver conhecimentos sistematizados; a função da pesquisa é justamente produzir esses conhecimentos. Na medida em que esses conhecimentos são produzidos, é possível difundi-los, é possível ensiná-los a outros; daí, essa articulação entre ensino e pesquisa que se pretendeu fazer nas universidades”. (Idem, p. 46)

empobrecida e precária de conhecimentos, não raro arcaicos e ultrapassados.

No pensamento expresso nessas “falas” a extensão ocupa lugar tão destacado quanto as demais funções.⁷ Isto porque é sobretudo através desta função que se viabiliza a possibilidade de a universidade devolver sob a forma de serviços aquilo que recebe da sociedade. É através da extensão que o papel de “socialização do conhecimento” se exerce em termos mais amplos.

As três funções guardam entre si uma relação de realimentação mútua. A realização da universidade em sentido pleno depende de uma orquestração e de uma sintonia entre o ensino, a pesquisa e a extensão, onde o compromisso social é elemento determinante. Vale lembrar que Saviani destaca o papel da pós-graduação nesta empreitada, no sentido de empreender um movimento que envolve:

- a busca tenaz da competência na compreensão, em alto nível, da realidade brasileira;
- o estabelecimento de prioridades consoante a relevância social dos problemas e temas tomados como objetos de pesquisa e ensino;
- a definição de “relevância social”, tomando-se como critério de demarcação, a elevação do nível cultural das camadas populares. (Saviani, 1984, p. 73)

Cabe lembrar que na busca de uma aproximação mais orgânica da universidade com a sociedade, Saviani destaca que

7. Na fala “Extensão universitária: uma abordagem não extensionista” (Op. cit., pp. 46-64), defendendo uma extensão engajada e voltada, inclusive, para a organização das camadas populares, Saviani afirma que numa perspectiva de tal ordem “talvez se pudesse colocar a extensão no mesmo nível das outras duas funções (...) não como uma espécie de ‘prima pobre’ que se faz quando se tem tempo, quando aparece oportunidade, mas, ao contrário, como uma atividade constante”. (p. 64) Em seu entendimento, a extensão pode se tornar uma atividade equiparada às duas outras, “na medida em que se articula com as demais e na medida em que” também o ensino e a pesquisa sejam vistos como “uma prestação de serviços à própria sociedade”. (pp. 64-5) Esta é uma discussão central na universidade pública atual. Vale dizer que não há propriamente um consenso sobre o grau de importância e articulação entre as três funções e este é um ponto que poderia ser aprofundado em nosso debate.

a instituição não poderá se furtar a compreender sua natureza educativa. E aqui cabe lembrar a crítica que o autor faz dos intelectuais que defendem teses progressistas mas adotam práticas conservadoras em relação ao seu papel como educadores. (Saviani, op. cit., p. 38) De fato, em plena caminhada para o 3º milênio é preciso que a universidade realize em seu interior uma prática revolucionária: a descoberta da dimensão educativa de suas atividades.

Poderíamos nos alongar na análise de outras contribuições dessas “despretensiosas falas” de Saviani para o debate sobre a universidade. O que vimos, contudo, é suficiente para ilustrar a importância de sua reflexão para o debate sobre o tema.

Finalizaria lembrando que a avaliação da obra de um autor em vida é empreitada que guarda sempre uma dose de risco. Isto porque a obra, como a própria vida, está sempre a refazer-se. Assim, o que examinamos com os olhos do hoje, à luz da história ganha nuances e explicitações que a precariedade dos instrumentos do olhar do presente não permite captar. Como bem lembra Goldmann, de um lado, é preciso analisar cada contribuição de um autor em confronto com o conjunto de sua obra. De outro, o autor e sua obra somente podem ser compreendidos em relação ao todo maior do qual fazem parte.⁸ *Ensino público e algumas falas sobre universidade* não se desloca do conjunto da obra de Saviani. Este, por sua vez, só pode ser compreendido num esforço maior de percepção desse tempo que vivemos. O esforço a que nos dedicamos neste simpósio, portanto, não deixa de ser um movimento inicial e provisório de apreciação. O tempo, em sua dimensão mais

8. Esta observação apóia-se nas passagens onde o autor afirma que “uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento”. (Goldmann, 1979, p. 9) Segundo Goldmann, no método dialético, é preciso ir “não somente do texto ao indivíduo”, mas também “deste aos grupos sociais dos quais ele faz parte”. (Idem, p. 13) E mais, “a significação de um texto está longe de certa e unívoca”. (Idem, p. 11) Assim, o único critério para definir a significação de um texto ou de um fragmento será “integrando-o no conjunto coerente da obra”. (p. 14)

profunda, há de confirmar ou refutar os acertos das afirmações do hoje.

Entendidos esses limites, porém, do pouco que vimos nesta breve e primeira incursão, constatamos a contribuição e a atualidade destes escritos datados e localizados. Ao tomarmos a obra em seu conjunto, evidencia-se ser inquestionável a homenagem que se faz ao professor, educador e filósofo Dermeval Saviani. Compartilhando do sentimento de justiça que preside a concessão do raro privilégio de dar as flores em vida, espero com essas poucas palavras deixar aqui também minha pequena flor. Por todos os caminhos abertos ao pensamento, também eu quero dizer: OBRIGADA, Dermeval.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado. Federal/Centro Gráfico, 1988.
- DANGEVILLE, Roger (org.). *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa, Moraes, 1978.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo, Editora Moraes, 1983.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do 3º milênio*. São Paulo, Cortez, 1993.
- SAVIANI, Dermeval. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo, Cortez, 1984.

O conjunto de trabalhos reunidos neste livro — elaborados para o Simpósio *Dermeval Saviani e a Educação Brasileira*, realizado em maio de 1994 no campus da Unesp de Marília — consubstancia o primeiro esforço coletivo para avaliação da obra e da ação institucional do educador. Desenvolvido por um significativo grupo de educadores brasileiros, esse esforço ultrapassa o sentido da simples homenagem para fixar-se na tarefa comum, assumida por todos, de refletir sobre as grandes questões da educação brasileira atual com base no tratamento a elas dispensado por Saviani.

ISBN 85-249-0548-4



9 788524 905483

 **CORTEZ**
EDITORA